



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 14 de Julho de 1971

A necessidade da lei moral na vida contemporânea

Perguntamo-nos, mais uma vez, qual foi a linha de comportamento, o aspecto prevalecente que o Concílio quis imprimir na vida cristã. A resposta não dá origem a dúvidas: o Concílio quis recordar que a vida cristã deve ser santa. A santidade parece, normalmente, um termo extremo e superlativo, manifestação de perfeição moral e religiosa, excepcional e inacessível à maior parte das pessoas, não um estado normal oferecido a todos e exigido de todos, porque habitualmente reservamos esta qualificação de santidade às figuras humanas que realizaram, na medida plena e sublime, o ideal de seguidor de Cristo, o herói, o mártir, o asceta, o homem-ás, que se distingue da multidão e apresenta uma estrutura superior e singular da personalidade humana, que se tornou gigante não só por meio de um esforço, cujo resultado foi positivo na imitação do Mestre divino, mas também devido a uma preferencial abundância de dons carismáticos e a uma comunhão mística com a própria vida de Cristo, pelo que ele, o santo, bem pode dizer: « ... para mim, o viver é Cristo » (*Flp 1, 21*). Isto é, fizemos da hagiografia o paradigma da santidade.

O Concílio rectifica esta concepção fenoménica e rara da santidade, fazendo remontar o conceito da mesma às origens históricas, isto é, quando todos os fiéis cristãos eram chamados « santos » (*1 Ped 1, 15*; etc.); e às origens teológicas da santidade, conferida ao homem pelo baptismo e pelos outros Sacramentos, por meio dos quais é infundida em nós aquela misteriosa e operante presença sobrenatural de Deus santificante, a que chamamos graça, e nos torna santos, filhos de Deus, participantes, em certa medida, da Sua própria natureza, inefável e transcendente (cfr. *2 Ped 1, 4*).

Daqui concluímos imediatamente que a santidade é um dom; a santidade é comum e acessível a

todos os cristãos; a santidade é o estado, podemos dizer, normal da vida humana, elevada a uma dignidade sobrenatural, misteriosa e magnífica; é a novidade oferecida por Cristo à humanidade, remida por Ele na fé e na graça (cfr. *Rom* 6, 4).

Não só é um dom, mas também um dever. A santidade, pressupondo o dom divino da graça, que nos consagra santos, torna-se uma obrigação, torna-se o exercício mais incumbente da nossa liberdade. Os cristãos, diz o Concílio, « devem, com a ajuda de Deus, conservar e aperfeiçoar na sua vida a santidade que receberam » (*Lumen Gentium*, n. 40). A santidade não é passiva; não exige o homem de um esforço moral contínuo (Cfr. *DS* 2351 [1327] ss.), mas nasce como uma vocação impelente da elevação do homem ao grau de filho de Deus: « Sede... perfeitos — ensina Jesus —, como é perfeito vosso Pai celeste » (*Mt* 5, 48); e São Paulo acrescenta: « ... como é próprio dos santos » (*Ef* 5, 3).

Como é que se explica a tendência, tão pronunciada nos nossos dias, de interpretar o Concílio como uma «libertação» de obrigações morais, que o costume cristão sempre considerou (embora, infelizmente, nem sempre observado) graves e vinculantes? Como é que se pretende qualificar como normas meramente jurídicas, e portanto externas e mutáveis, as leis da Igreja? Como é que se chega a considerar tabu, especialmente no campo da decência moral, determinadas exigências e certas regras, que a educação cristã e civil tinha conseguido inscrever no estilo da vida nobre e correcta? Estamos num período de laxismo moral, verdadeiramente grave, completamente contrário à recta interpretação do verdadeiro sentido cristão e humano.

O sentido do honesto e do dever substitui-se frequentemente com o sentido do instinto e do « tudo lícito ». O pansexualismo degradante, o hedonismo frívolo e passional, o culto da violência e da rebelião no âmbito da convivência social, a arte superlativa do roubo e da extorsão, do peculato e da concussão, e, agora, a droga, com o seu comércio criminal e com a sua fatal desintegração psíquica e moral, ameaçam verdadeiramente diminuir o nível moral da nossa geração, que parece ter-se esquecido dos ensinamentos salutareis dados pelas terríveis experiências das recentes guerras.

Perdeu-se o sentido moral? Esperamos que não! Talvez, nalgumas destas manifestações anormais e desconcertantes, se esconda uma reacção a falsas condições de vida associada, a hipocrisias farisaicas de pseudo-ordem social e moral, ao vazio pedagógico de escolas materialistas e agnósticas; reacção cuja íntima e incôscia necessidade de uma sinceridade mais autêntica e mais fundada sobre princípios logicamente válidos e imperativos deveríamos procurar descobrir.

Mas nós, cristãos, católicos, devemos corrigir a fácil tendência ao conformismo ideológico e prático da cultura ambiental e à fraca sugestão de que, para ser moderno, é preciso comportar-se « como os outros », ou seja, livre não só de formas contingentes e historicamente perecíveis do costume prático, mas também de exigências irrenunciáveis da fé e da comunhão eclesial. Não

devemos pensar que o Concílio, convidando-nos a relações mais directas e fraternas com o mundo contemporâneo, tenha autorizado uma interpretação ambígua e cómoda do Evangelho, um cristianismo fácil, sem dogmas, sem autoridade e sem sacrifícios virtuosos. A voz de Cristo ressoa atrás de nós: «Se a vossa virtude (ou seja, a vossa perfeição moral) não superar a dos escribas e fariseus (hoje dir-se-ia da gente «bem»), não entrareis no reino dos Céus» (Mt 5, 20).

Cristo não diminui a exigência da lei moral; pelo contrário, torna-a mais difícil e subtrai-a à pseudosuficiência de uma simples observância legal e formal, tornando-a mais interior, mais pessoal e mais vinculante: voltemos a ler o Sermão da Montanha e veremos em que direcção a norma da vida cristã se aperfeiçoa com exigências mais humanas, mais profundas e mais religiosas, que encontrarão, no supremo e duplo mandato do amor soberano a Deus e do amor indistinto ao próximo, a síntese-chave de todas as normas éticas cristãs. A escala moral de Cristo não desce, mas sobe; é a escala do « mais », não do « menos ».

E não nos deve parecer intolerável, nem anacrónico, nem impossível o destino da perfeição, que a vida cristã nos apresenta; uma perfeição que se deve continuamente alcançar e que nunca é suficiente, nesta existência no tempo, mas sempre tensa, sempre viva, sempre disposta a corrigir-se e, portanto, sempre humilde e amparada pela oração e pela esperança, sempre correspondente ao estímulo e ao auxílio da graça. Sempre bem-aventurada nesta dolorosa prova presente.

E a Igreja, com a sua doutrina, que é a de Cristo, com os seus Sacramentos, que são os do Espírito Santo e Santificante, com a sua autoridade pastoral, que é a que se destina à unidade e à caridade, assiste-nos e guia-nos, revelando-nos, a cada passo do nosso fatigante caminho, a direcção exacta, a do caminho, da verdade e da vida, que é Cristo Senhor.

Com a Sua, damo-vos a nossa Bênção Apostólica.